

ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90021/2026
Processo nº 23217.000486.2026-93

1. DAS CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Aquisição de ingredientes para a fábrica de ração animal, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM	CATMAT	DESCRIÇÃO	UNID.	QTD.	PREÇO UNITÁRIO ESTIMADO	SUBTOTAL	QTD. MÍNIMA POR EMPENHO
1	241543	MILHO A GRANEL, TIPO GRÃO, SAFRA ATUAL, COM UMIDADE MÁXIMA DE 13%, IMPUREZA MÁXIMA DE 2%, MÁXIMO DE 9% DE GRÃOS QUEBRADOS, COM VALOR PROTEICO MÉDIO ENTORNO DE 9% E PUREZA DE GRÃOS BONS DE 86%, PARA SER UTILIZADO NA FORMULAÇÃO DE RAÇÃO DE USO ANIMAL. COTA AMPLA CONCORRÊNCIA.	KG	105.000	R\$ 2,55	R\$ 267.750,00	15.000
2	241543	MILHO A GRANEL, TIPO GRÃO, SAFRA ATUAL, COM UMIDADE MÁXIMA DE 13%, IMPUREZA MÁXIMA DE 2%, MÁXIMO DE 9% DE GRÃOS QUEBRADOS, COM VALOR PROTEICO MÉDIO ENTORNO DE 9% E PUREZA DE GRÃOS BONS DE 86%, PARA SER UTILIZADO NA FORMULAÇÃO DE RAÇÃO DE USO ANIMAL. COTA EXCLUSIVA ME/EPP REFERENTE AO ITEM 01	KG	30.000	R\$ 2,55	R\$ 76.500,00	15.000
3	232080	FARELO DE SOJA COM NO MÍNIMO DE 45% DE PROTEÍNA BRUTA, PARA USO NA FORMULAÇÃO DE RAÇÃO ANIMAL. SACOS DE 50 KG. COTA AMPLA CONCORRÊNCIA.	KG	45.000	R\$ 3,15	R\$ 141.750,00	15.000
4	232080	FARELO DE SOJA COM NO MÍNIMO DE 45% DE PROTEÍNA BRUTA, PARA USO NA FORMULAÇÃO DE RAÇÃO ANIMAL. SACOS DE 50 KG. COTA EXCLUSIVA ME/EPP REFERENTE AO ITEM 03	KG	15.000	R\$ 3,15	R\$ 47.250,00	15.000
5	293606	FARELO DE TRIGO COM NO MÍNIMO 16% DE PROTEÍNA BRUTA, PARA USO NA ALIMENTAÇÃO ANIMAL. SACOS DE 40 KG.	KG	5.000	R\$ 2,90	R\$ 14.500,00	1.000
6	396007	CAL VIRGEM COMUM HIDRATADA, EMBALADA EM SACO DE 25 KG, MATERIAL QUE GARANTA A SUA CONSERVAÇÃO.	KG	500	R\$ 2,85	R\$ 1.425,00	100
7	233061	CALCÁRIO CALCÍTICO, COM GRANULOMETRIA ABAIXO DE 2 MM, COM O TEOR MÍNIMO DE CÁLCIO DE 36%, MATÉRIA MINERAL NO MÍNIMO 97%, PARA SER UTILIZADO NA FORMULAÇÃO DE RAÇÃO ANIMAL. SACO DE 50KG.	KG	6.000	R\$ 0,94	R\$ 5.640,00	2.000

8	341792	NÚCLEO INDICADO PARA FORMULAÇÃO DE RAÇÕES PARA BOVINOS DO 3º DIA AO 6º MÊS DE IDADE (BEZERRO), FORMULADO COM 4,5% DE FÓSFORO, MACRO E MICROELEMENTOS MINERAIS (DENTRE ELES O CROMO ORGÂNICO), VITAMINAS A, D E, BEM COMO VITAMINAS DO COMPLEXO B. APRESENTANDO EM SUA COMPOSIÇÃO A LASALOCIDA SÓDICA.. SACOS DE 20 KG. REFERÊNCIA: GUABINÚCLEO INICIAL 40 LS/TORTUGA BOVIGOLD® RECRIA OU DE QUALIDADE EQUIVALENTE OU SUPERIOR.	KG	1.000	R\$ 7,37	R\$ 7.370,00	200
9	445153	NÚCLEO INDICADO PARA FORMULAÇÃO DE RAÇÕES PARA NOVILHAS E VACAS SECAS, NO PERÍODO PRÉ-PARTO FORNECIDO NOS ÚLTIMOS 21 DIAS QUE ANTECEDEM O PARTO, FORMULADO COM 2,5% DE FÓSFORO, MACRO E MICROELEMENTOS MINERAIS E VITAMINAS A, D E. PREVINE DISTÚRBIOS METABÓLICOS NO PÓS-PARTO, COMO A HIPOCALCEMIA E SUAS CONSEQUÊNCIAS, TAIS COMO A RETENÇÃO DE PLACENTA, QUEDA NA INGESTÃO DE ALIMENTOS E BAIXA PRODUÇÃO DE LEITE, UTILIZADO NA PROPORÇÃO DE 10% DA FORMULAÇÃO DA RAÇÃO. SACOS DE 30 KG. REFERÊNCIA: GUABINÚCLEO LACTAGE PRÉ-PARTO.	KG	1.500	R\$ 11,56	R\$ 17.340,00	300
10	458109	NÚCLEO INDICADO PARA FRANGAS NA FASE DE MATURIDADE, RECOMENDADO PARA FRANGAS A PARTIR DA 13ª SEMANA A 18ª SEMANA DE IDADE OU ATÉ A POSTURA DO PRIMEIRO OVO (PREVALECENDO O QUE OCORRER PRIMEIRO). NÍVEIS DE GARANTIA: UMIDADE (MÁX.) 12%, PROTEÍNA BRUTA (MÍN.) 22%, EXTRATO ETÉREO (MÍN.) 2%, MATÉRIA FIBROSA (MÁX.) 6%, MATÉRIA MINERAL (MÁX.) 60%, CÁLCIO (MÁX.) 19%, FÓSFORO (MÍN.) 5,6%, VITAMINA A 90.000 U.I., VITAMINA D3 28.000 U.I. VITAMINA E 140 U.I., VITAMINA K 25 MG, TIAMINA (B1) 30 MG, RIBOFLAVINA (B2) 80 MG, PIRIDOXINA (B6) 40 MG, VITAMINA B12 200 MCG, ÁCIDO PANTOTÊNICO 200 MG, NIACINA 400 MG, BIOTINA 1 MG, METIONINA 12.500 MG ÁCIDO FÓLICO 9 MCG, COLINA 5.000 MG, SELÊNIO 6 MG, MANGANÊS 1.600 MG, ZINCO 1.000 MG, FERRO 1.000 MG, COBRE 160 MG, IODO 20 MG, PROMOTOR DE CRESCIMENTO 500 MG, ANTIOXIDANTE 2,5 G, SACOS	KG	500	R\$ 7,88	R\$ 3.940,00	125

		DE 25 KG. REFERÊNCIA NUTRINÚCLEO FRANGA MATURIDADE GUABI OU DE QUALIDADE EQUIVALENTE OU SUPERIOR.					
11	458097	NÚCLEO INDICADO PARA FRANGOS DE CORTE NA FASE DE CRESCIMENTO RECOMENDADO PARA FRANGOS DE CORTE A PARTIR DE 22 DIAS DE IDADE ATÉ 5 DIAS ANTES DO ABATE NA PROPORÇÃO DE 5% NA FORMULAÇÃO DE RAÇÃO. NÍVEIS DE GARANTIA: UMIDADE (MÁX.) 12%, PROTEÍNA BRUTA (MÍN.) 17%, EXTRATO ETÉREO (MÍN.) 2%, MATÉRIA FIBROSA (MÁX.) 5%, MATÉRIA MINERAL (MÁX.) 70%, CÁLCIO (MÁX.) 19%, FÓSFORO (MÍN.) 0,6%, VITAMINA A 90.000 U.I., VITAMINA D3 24.000 U.I., VITAMINA E 300 U.I., VITAMINA K 20 MG, TIAMINA (B1) 36 MG, RIBOFLAVINA (B2) 90 MG, PIRIDOXINA (B6) 40 MG, VITAMINA B12 200 MCG, ÁCIDO PANTOTÊNICO 200 MG, NIACINA 700 MG, METIONINA 18.000 MG, ÁCIDO FÓLICO 10 MCG, COLINA 4.000 MG, SELÊNIO 6 MG, MANGANÊS 1.600 MG, ZINCO 1.000 MG, FERRO 1.000 MG, COBRE 160 MG, IODO 20 MG, COCCIDICIDA 2 G, PROMOTOR DE CRESCIMENTO 200 MG, ANTIOXIDANTE 2,5 G, SACOS DE 25 KG. REFERÊNCIA NUTRINÚCLEO CORTE CRESCIMENTO GUABI OU DE QUALIDADE EQUIVALENTE OU SUPERIOR.	KG	4.000	R\$ 8,25	R\$ 33.000,00	1.000
12	233633	NÚCLEO INDICADO PARA FRANGOS DE CORTE NA FASE FINAL RECOMENDADO PARA FRANGOS DE CORTE NA ÚLTIMA SEMANA ANTES DO ABATE, NA PROPORÇÃO DE 4% NA FORMULAÇÃO DA RAÇÃO. NÍVEIS DE GARANTIA: UMIDADE (MÁX.) 12%, PROTEÍNA BRUTA (MÍN.) 17%, EXTRATO ETÉREO (MÍN.) 2%, MATÉRIA FIBROSA (MÁX.) 5%, MATÉRIA MINERAL (MÁX.) 70%, CÁLCIO (MÁX.) 20%, FÓSFORO (MÍN.) 0,6%, VITAMINA A 90.000 U.I., VITAMINA D3 24.000 U.I., VITAMINA E 300 U.I., VITAMINA K 20 MG, TIAMINA (B1) 36 MG, RIBOFLAVINA (B2) 90 MG, PIRIDOXINA (B6) 40 MG, VITAMINA B12 200 MCG, ÁCIDO PANTOTÊNICO 200 MG, NIACINA 700 MG, METIONINA 12.000 MG, ÁCIDO FÓLICO 10 MCG, COLINA 4.000 MG, SELÊNIO 5 MG, MANGANÊS 2.000 MG, ZINCO 1.250 MG, FERRO 1.250 MG, COBRE 200 MG, IODO 25 MG, ANTIOXIDANTE 2,5 G, SACOS DE 20 KG. REFERÊNCIA NUTRINÚCLEO CORTE FINAL GUABI OU DE QUALIDADE EQUIVALENTE OU SUPERIOR.	KG	2.000	R\$ 7,23	R\$ 14.460,00	500

		SUPERIOR.					
13	294111	NÚCLEO INDICADO PARA FRANGOS DE CORTE NA FASE INICIAL RECOMENDADO PARA FRANGOS DE CORTE NO PERÍODO DE 1 A 21 DIAS DE IDADE NA PROPORÇÃO DE 5% DA FORMULAÇÃO DA RAÇÃO. NÍVEIS DE GARANTIA: UMIDADE (MÁX.) 12%, PROTEÍNA BRUTA (MÍN.) 22%, EXTRATO ETÉREO (MÍN.) 2%, MATÉRIA FIBROSA (MÁX.) 5%, MATÉRIA MINERAL (MÁX.) 70%, CÁLCIO (MÁX.) 19%, FÓSFORO (MÍN.) 0,6%, VITAMINA A 120.000 U.I., VITAMINA D3 30.000 U.I., VITAMINA E 400 U.I., VITAMINA K 30 MG, TIAMINA (B1) 50 MG, RIBOFLAVINA (B2) 140 MG, PIRIDOXINA (B6) 60 MG, VITAMINA B12 370 MCG, ÁCIDO PANTOTÊNICO 200 MG, NIACINA 800 MG, BIOTINA 1,2 MG, METIONINA 36.000 MG, ÁCIDO FÓLICO 20 MCG, COLINA 5.000 MG, SELÊNIO 6 MG, MANGANÊS 1.600 MG, ZINCO 1.000 MG, FERRO 1.000 MG, COBRE 160 MG, IODO 20 MG, COCCIDICIDA 2 G, PROMOTOR DE CRESCIMENTO 200 MG, ANTIOXIDANTE 2,5 G, SACOS DE 25 KG. REFERÊNCIA NUTRINÚCLEO CORTE INICIAL AE GUABI OU DE QUALIDADE EQUIVALENTE OU SUPERIOR.	KG	1.000	R\$ 9,02	R\$ 9.020,00	250
14	458110	NÚCLEO INDICADO PARA PINTAINHAS E FRANGAS NAS FASES INICIAIS E CRESCIMENTO RECOMENDADO PARA PINTAINHAS E FRANGAS A PARTIR DA 1ª SEMANA A 12ª SEMANA DE IDADE, NA PROPORÇÃO DE 5% NA FORMULAÇÃO DA RAÇÃO. NÍVEIS DE GARANTIA: UMIDADE (MÁX.) 12%, PROTEÍNA BRUTA (MÍN.) 23%, EXTRATO ETÉREO (MÍN.) 2%, MATÉRIA FIBROSA (MÁX.) 6%, MATÉRIA MINERAL (MÁX.) 60%, CÁLCIO (MÁX.) 19%, FÓSFORO (MÍN.) 6%, VITAMINA A 140.000 U.I., VITAMINA D3 40.000 U.I., VITAMINA E 200 U.I., VITAMINA K 20 MG, TIAMINA (B1) 30 MG, RIBOFLAVINA (B2) 90 MG, PIRIDOXINA (B6) 40 MG, VITAMINA B12 200 MCG, ÁCIDO PANTOTÊNICO 210 MG, NIACINA 540 MG, BIOTINA 2 MG, METIONINA 15.000 MG, ÁCIDO FÓLICO 10 MCG, COLINA 5.000 MG, SELÊNIO 6 MG, MANGANÊS 1.600 MG, ZINCO 1.000 MG, FERRO 1.000 MG, COBRE 160 MG, IODO 20 MG, COCCIDICIDA 2,5 G, PROMOTOR DE CRESCIMENTO 500 MG, ANTIOXIDANTE 2,5 G, SACOS DE 25 KG, REFERÊNCIA NUTRINÚCLEO FRANGA INICIAL/CRESCIMENTO GUABI OU DE QUALIDADE EQUIVALENTE OU SUPERIOR.	KG	1.000	R\$ 7,20	R\$ 7.200,00	500

15	294169	NÚCLEO PARA SUÍNO EM REPRODUÇÃO (GESTAÇÃO E/OU LACTAÇÃO), VITAMÍNICO, MINERAL E AMINOÁCIDOS UTILIZADO NA PROPORÇÃO DE 4,0% NA FORMULAÇÃO DA RAÇÃO. NÍVEIS DE GARANTIA: UMIDADE (MÁX.): 13,0%, PROTEÍNA BRUTA (MÍN.): 5,5%, EXTRATO ETÉREO (MÍN.): 1,0%, MATÉRIA FIBROSA (MÁX.): 5,0%, MATÉRIA MINERAL (MÁX.): 85,0%, CÁLCIO (MÁX.): 22,0%, FÓSFORO (MÍN.): 6,0%, EMBALAGEM: 30 KG. REFERÊNCIA NUTRI NÚCLEO SUINOCRIA GUABI OU DE QUALIDADE EQUIVALENTE OU SUPERIOR.	KG	3.000	R\$ 6,60	R\$ 19.800,00	600
16	328032	NÚCLEO PARA VACA LEITEIRA DE ALTA PRODUÇÃO EM PERÍODO DE LACTAÇÃO, COM MACROMINERAIS E MICROMINERAIS, VITAMINAS A, D, E, VITAMINA DO COMPLEXO B, ACRESCIDO DE BICARBONATO DE SÓDIO, UTILIZADO NA PROPORÇÃO DE ATÉ 5% NA FORMULAÇÃO DA RAÇÃO. REFERÊNCIA: GUABINÚCLEO LACTAGE 50 TPRM 30 BIO OU DE QUALIDADE EQUIVALENTE OU SUPERIOR.	KG	2.500	R\$ 7,48	R\$ 18.700,00	500
17	294167	NÚCLEO RECOMENDADO PARA POEDEIRAS A PARTIR DA 18ª SEMANA DE IDADE OU DA POSTURA DO PRIMEIRO OVO (PREVALECENDO O QUE OCORRER PRIMEIRO), NA PROPORÇÃO DE 5% DA FORMULAÇÃO DA RAÇÃO. EM QUALIDADE. NÍVEIS DE GARANTIA: UMIDADE (MÁX.) 12%, PROTEÍNA BRUTA (MÍN.) 20%, EXTRATO ETÉREO (MÍN.) 2%, MATÉRIA FIBROSA (MÁX.) 5%, MATÉRIA MINERAL (MÁX.) 70%, CÁLCIO (MÁX.) 19%, FÓSFORO (MÍN.) 5,5%, VITAMINA A 140.000 U.I., VITAMINA D3 35.000 U.I., VITAMINA E 140 U.I., VITAMINA K 30 MG, TIAMINA (B1) 10 MG, RIBOFLAVINA (B2) 75 MG, PIRIDOXINA (B6) 20 MG, VITAMINA B12 120 MCG, ÁCIDO PANTOTÊNICO 120 MG, NIACINA 300 MG, METIONINA 6.000 MG, ÁCIDO FÓLICO 6 MCG, COLINA 5.000 MG, SELÊNIO 6 MG, MANGANÊS 1.600 MG, ZINCO 1.000 MG, FERRO 1.000 MG, COBRE 160 MG, IODO 20 MG, PROMOTOR DE CRESCIMENTO 500 MG, ANTIOXIDANTE 2,5 G, SACOS DE 25 KG. REFERÊNCIA NUTRINÚCLEO POSTURA GUABI OU DE QUALIDADE EQUIVALENTE OU SUPERIOR	KG	3.000	R\$ 7,00	R\$ 21.000,00	500
18	233946	NÚCLEO VITAMÍNICO, MINERAL E AMINOÁCIDOS PARA LEITÕES NA FASE INICIAL II DE 50 ATÉ 70 DIAS DE VIDA, UTILIZADO NA PROPORÇÃO DE 5% NA FORMULAÇÃO DE RAÇÃO. NÍVEIS	KG	2.000	R\$ 8,69	R\$ 17.380,00	500

		DE GARANTIA: UMIDADE (MÁX.): 13,0%, PROTEÍNA BRUTA (MÍN.): 12,0%, EXTRATO ETÉREO (MÍN.): 0,5%, MATÉRIA FIBROSA (MÁX.): 4,0%, MATÉRIA MINERAL (MÁX.): 59,0%, CÁLCIO (MÁX.): 13,5%, FÓSFORO (MÍN.): 5,5%, EMBALAGEM: 25 KG. REFERÊNCIA NUTRI NÚCLEO LEITÃO 500 GUABI /TORTUGA ROVIMIX PIG PRÉ 100 OU DE QUALIDADE EQUIVALENTE OU SUPERIOR.					
19	293788	NÚCLEO VITAMÍNICO, MINERAL E AMINOÁCIDOS PARA LEITÕES, INDICADO PARA SER USADO NA FASE INICIAL I, DE 36 ATÉ 49 DIAS DE VIDA, UTILIZADO NA PROPORÇÃO DE 20% DA RAÇÃO. REFERÊNCIA GUABINÚCLEO LEITÃO 1000 / TORTUGA ROVIMIX PIG PRÉ 200 OU DE QUALIDADE EQUIVALENTE OU SUPERIOR.	KG	2.000	R\$ 10,10	R\$ 20.200,00	500
20	605897	NÚCLEO, VITAMÍNICO E MINERAL COMPLETO PARA OVINOS (OVELHAS), INDICADO PARA FORMULAÇÃO DE RAÇÃO PARA OVINOS NAS FASES DE CRESCIMENTO, MANUTENÇÃO, LACTAÇÃO E REPRODUÇÃO, NA PROPORÇÃO DE 4% DA RAÇÃO. NÚCLEO FORMULADO COM 4,0% DE FÓSFORO, MACRO E MICROELEMENTOS MINERAIS, VITAMINAS A, D, E. COMO ADITIVO MELHORADOR DE DESEMPENHO E DE EFICIÊNCIA ALIMENTAR, O NÚCLEO APRESENTA MONENSINA SÓDICA. NÍVEIS DE GARANTIA: FÓSFORO (MÍN.) 40 G/KG, SÓDIO (MÍN.) 55 G/KG, SELÊNIO (MÍN.) 12,5 MG/KG, VITAMINA E (MÍN.) 1.000 UI, MONENSINA 750 MG, SACOS DE 20 KG. REFERÊNCIA GUABINÚCLEO OVINOS 40 RM OU DE QUALIDADE EQUIVALENTE OU SUPERIOR.	KG	500	R\$ 7,17	R\$ 3.585,00	240
21	293788	NÚCLEO, VITAMÍNICO, MINERAL E AMINOÁCIDOS PARA LEITÕES APÓS O DESMAME NA FASE PRÉ INICIAL I, DE 21 A 30 DIAS DE VIDA, UTILIZADO NA PROPORÇÃO DE 40% NA FORMULAÇÃO DE RAÇÃO. NÍVEIS DE GARANTIA: UMIDADE (MÁX.): 13,0%, PROTEÍNA BRUTA (MÍN.): 19,0%, EXTRATO ETÉREO (MÍN.): 3,0%, MATÉRIA FIBROSA (MÁX.): 3,0% MATÉRIA MINERAL (MÁX.): 12,0%, CÁLCIO (MÁX.): 1,6%, FÓSFORO (MÍN.): 0,95%, EMBALAGEM DE 25 KG. REFERÊNCIA NUTRI NÚCLEO PRÉ LEITÃO 4000 GUABI OU DE QUALIDADE EQUIVALENTE OU SUPERIOR.	KG	1.000	R\$ 13,77	R\$ 13.770,00	250
22	294173	NÚCLEO, VITAMÍNICO, MINERAL E AMINOÁCIDOS PARA SUÍNOS CEVADO PARA SER USADO NA FASE	KG	4.000	R\$ 5,90	R\$ 23.600,00	1.000

		DE CRESCIMENTO, UTILIZADO NA PROPORÇÃO 2,5 A 3%, SENDO MAIOR PROPORÇÃO NA FASE DE CRESCIMENTO. NÍVEIS DE GARANTIA: UMIDADE (MÁX.): 13,0%, PROTEÍNA BRUTA (MÍN.): 15,0%, EXTRATO ETÉREO (MÍN.): 2,0%, MATÉRIA FIBROSA (MÁX.): 6,0%, MATÉRIA MINERAL (MÁX.): 75,0%, CÁLCIO (MÁX.): 25,0%, FÓSFORO (MÍN.): 4,5%, SACOS DE 20 KG. REFERÊNCIA NUTRI NÚCLEO SUINOCEVA 40/30 NTS, GUABI OU DE QUALIDADE EQUIVALENTE OU SUPERIOR.					
23	294173	NÚCLEO, VITAMÍNICO, MINERAL E AMINOÁCIDOS PARA SUÍNOS CEVADO PARA SER USADO NA FASE DE TERMINAÇÃO, UTILIZADO NA PROPORÇÃO 2,5 A 3%. NÍVEIS DE GARANTIA: UMIDADE (MÁX.): 13,0%, PROTEÍNA BRUTA (MÍN.): 15,0%, EXTRATO ETÉREO (MÍN.): 2,0%, MATÉRIA FIBROSA (MÁX.): 6,0%, MATÉRIA MINERAL (MÁX.): 75,0%, CÁLCIO (MÁX.): 25,0%, FÓSFORO (MÍN.): 4,5%, SACOS DE 20 KG. REFERÊNCIA NUTRI NÚCLEO SUINOCEVA 40/30 NTS, GUABI OU DE QUALIDADE EQUIVALENTE OU SUPERIOR.	KG	4.000	R\$ 5,90	R\$ 23.600,00	1.000
24	444892	PREPARO DE SUPLEMENTO MINERAL, PARA BOVINOS DE CORTE EM REGIME DE PASTO. NÍVEIS DE GARANTIA (POR KG DO PRODUTO): CÁLCIO (MÍN): 223,00 G/KG; CÁLCIO (MÁX): 260,00 G/KG; FÓSFORO (MÍN): 174,00 G/KG; ENXOFRE (MÍN): 24,00 G/KG; COBALTO (MÍN): 100,00 MG/KG; COBRE (MÍN): 1.250,00 MG/KG; FERRO (MÍN): 1.795,00 MG/KG IODO (MÍN): 90,00 MG/KG; MANGANÊS (MÍN):2.000,00 MG/KG; SELÊNIO (MÍN): 15,00 MG/KG; ZINCO (MÍN): 5.270,00 MG/KG; FLÚOR (MÁX): 1.740,00 MG/KG. ENTREGAS EM SACOS DE 25 KG OU EMBALAGEM COMPATÍVEL COM QUANTIDADE SOLICITADA. REFERÊNCIA: FOSBOVI® 40 OU DE QUALIDADE EQUIVALENTE OU SUPERIOR.	KG	1.000	R\$ 9,00	R\$ 9.000,00	250
25	450384	RAÇÃO PARA COELHOS . NÍVEIS DE GARANTIA: VALIDADE 90 DIAS\, UMIDADE (MÁX)130\,00 G/KG\, PROTEÍNA BRUTA (MÍN)140\,00 G/KG\, EXTRATO ETÉREO (MÍN)30\,00 G/KG\, FIBRA BRUTA (MÁX)160\,00 G/KG\, MATÉRIA MINERAL (MÁX)150\,00 G/KG\, CÁLCIO (MÍN)10 GR/KG \, CÁLCIO (MÁX)15\,00 G/KG\, FÓSFORO (MÍN)5.000\,00 MG/KG\, SÓDIO (MÍN)2.200\,00 MG/ KG\, COBRE (MÍN)15\,00 MG/KG\, MANGANÊS (MÍN)40\,00 MG/KG\, ZINCO (MÍN)65\,00 MG/KG\, IODO (MÍN)1\,00	KG	3.000	R\$ 4,30	R\$ 12.900,00	500

		MG/KG COBALTO (MÍN) 1\,00 MG/KG SELÊNIO (MÍN) 0\,20 MG/KG\, VITAMINA A (MÍN) 10.000\,00 UI/KG\, VITAMINA D3 (MÍN) 1.200\,00 UI/KG\, VITAMINA E (MÍN) 20\,00 UI/KG\, VITAMINA K3 (MÍN) 1\,00 MG/KG\, VITAMINA B1 (MÍN) 1\,00 MG/KG\, VITAMINA, RAÇÃO PETIZADA PARA COELHOS\, COM NO MÍNIMO 17% DE PROTEÍNA BRUTA\, UMIDADE MÁX. 12%\, EXTRATO ETÉREO MÍN. 2%\, MATÉRIA FIBROSA MÁX. 14%. E NO MÁXIMO 5% DE PELETES DESAGREGADOS\, LIVRE DE AGENTES PATOGENICOS. ENTREGAS EM SACOS DE 25 KG.					
26	444832	RAÇÃO PARA EQUINOS PELETIZADA PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA FASE ADULTA COM 15% DE P.B. SACOS DE 40 KG. REFERÊNCIA PROEQUI GUABI, GUABI EQUITAGE 15 OU DE QUALIDADE EQUIVALENTE OU SUPERIOR.	KG	3.600	R\$ 3,75	R\$ 13.500,00	1.200
27	454017	SAL COMUM PARA USO ANIMAL. SACO DE 25KG.	KG	2.500	R\$ 1,97	R\$ 4.925,00	500
28	420915	SAL MINERAL PARA EQUINOS, FORMULADO COM FOSFATO BICÁLCICO, MACRO E MICROELEMENTOS MINERAIS E VITAMINAS A, D, E, PARA ATENDER AS NECESSIDADES MINERAIS E VITAMÍNICAS DOS EQUINOS EM TODAS AS FASES DA CRIAÇÃO.	KG	80	R\$ 6,70	R\$ 536,00	80
29	444892	SUPLEMENTO MINERAL CONCENTRADO PARA BOVINOS DE CORTE, NAS DIFERENTES FASES DE CRIAÇÃO, FORMULADO COM 16,0% DE FÓSFORO, FOSFATO BICÁLCICO, MACRO E MICROELEMENTOS MINERAIS. POR SE TRATAR DE UM SUPLEMENTO MINERAL CONCENTRADO, O MESMO TEM QUE SER MISTURADO AO SAL BRANCO (NaCl). NÍVEIS DE GARANTIA: CÁLCIO (MÁX.) 230 G/KG, FÓSFORO (MÍN.) 160 G/KG, SELÊNIO (MÍN.) 20 MG/KG, MANGANÊS (MÍN.) 1.000 MG/KG, ZINCO (MÍN.) 5.500 MG/KG, SACOS DE 30 KG. REFERÊNCIA GUABIPHÓS 160S OU DE QUALIDADE EQUIVALENTE OU SUPERIOR.	KG	2.100	R\$ 5,85	R\$ 12.285,00	300
30	410488	SUPLEMENTO MINERAL PARA OVINOS (OVELHAS), UTILIZADO EM TODAS AS FASES DE VIDA DOS ANIMAIS, PRONTO PARA USO. NÍVEIS DE GARANTIA POR KG DO PRODUTO: FÓSFORO (MÍN) 80G, CÁLCIO (MÁX) 170G, MAGNÉSIO (MÍN) 10 G, ENXOFRE (MÍN) 19 G, SÓDIO (MÍN) 120 G, ZINCO (MÍN) 4.860 MG, MANGANÊS (MÍN) 1.200 MG, IODO (MÍN) 80 MG COBALTO (MÍN) 870 MG, COBRE (MÍN) 50 MG,	KG	260	R\$ 7,60	R\$ 1.976,00	120

		SELÊNIO (MÍN) 9 MG, FERRO (MÍN) 700 MG, FLÚOR (MÁX) 855 MG, SACOS DE 30 KG. REFERÊNCIA NUTROESTE OVINOS OU DE QUALIDADE EQUIVALENTE OU SUPERIOR.					
VALOR TOTAL ESTIMADO						R\$ 863.902,00	

1.2. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.3. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.

1.4. O prazo de vigência da contratação é de cento e oitenta (180) dias, contados da emissão da nota de empenho, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.4.1. Em caso de fornecimento não contínuo, o prazo de vigência deve ser o suficiente para a entrega do objeto e adoção das providências previstas no contrato, sendo a contratação limitada pelos respectivos créditos orçamentários – art. 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.5. O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. DA FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A fundamentação da contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, anexo do Edital.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2026, conforme detalhamento a seguir:

2.2.1. ID PCA no PNCP: 10651417000178-0-000001/2026;

2.2.2. Data de publicação no PNCP: 11.02.2025

2.2.3. DFD do PCA: 87/2025

2.2.4. Identificador da Futura Contratação: 158124-67/2026 - Aquisição de ingredientes para fábrica de ração – Campus Ceres

2.3. A presente aquisição também encontra-se alinhada Plano Diretor de Logística Sustentável do IF Goiano (PLS 2025-2027), em conformidade com a Declaração nº 1/2025 - CGCL-REI/DA-REI/PROAD-REI/IFGOIANO e consoantes os objetivos táticos: OT 1 - Promover ações de impacto social nos processos licitatórios e OT2 - Promover o consumo consciente de bens e serviços.

3. DA DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERANDO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1. A descrição da solução como um todo, encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, anexo do Edital.

4. DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, os licitantes deverão atender, sempre que possível, as recomendações dispostas na Instrução Normativa nº 01 de 19 de janeiro de 2010, da SLTI/MPOG e promover o desenvolvimento sustentável, de acordo com o art. 11º da Lei nº 14.133/2021.

Indicação de marcas ou modelos

4.2. Na presente contratação houve a indicação de marcas na descrição dos itens, na tabela constante

do tópico 1.1. desse Termo de Referência e, conforme justificativa contida no Estudo Técnico Preliminar, em atendimento ao Art. 41, inciso I, alínea d da Lei 14.133/2021, a utilização de marcas se deu como padrão de referência, não havendo intenção de restringir o caráter competitivo da licitação, somente para melhor definição e compreensão do objeto.

Subcontratação

4.3. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

Garantia da contratação

4.4. Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar (produtos com pagamento efetuado mediante a entrega e ateste da nota fiscal).

Reserva de cotas para microempresas e empresas de pequeno porte

4.5. Na presente licitação, será realizada a reserva de cota de até vinte e cinco por cento do objeto para a contratação de microempresas e empresas de pequeno porte.

4.5.1. Na hipótese de não haver vencedor para a cota reservada, esta poderá ser adjudicada ao vencedor da cota principal ou, diante de sua recusa, aos fornecedores remanescentes, desde que pratiquem o preço do primeiro colocado da cota principal.

4.5.2. Se a mesma empresa vencer a cota reservada e a cota principal, a contratação das cotas deverá ocorrer pelo menor preço.

4.5.3. Será dada a prioridade de aquisição aos produtos das cotas reservadas quando forem adjudicados aos licitantes qualificados como microempresas ou empresas de pequeno porte, ressalvados os casos em que a cota reservada for inadequada para atender as quantidades ou as condições do pedido, conforme vier a ser decidido pela Administração, nos termos do art. 8º, §4º, do Decreto n. 8.538, de 2015.

5. DO MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de Entrega

5.1. O prazo de entrega dos bens é de vinte (20) dias, contados da emissão e envio da nota de empenho, em remessa única (a cada nota de empenho emitida).

5.1.1. Ressalva-se que o empenho dos produtos ocorrerá de forma parcelada, em virtude da capacidade de armazenamento e do período de validade dos produtos, conforme quantidade mínima de empenho constante na tabela 1.1 deste Termo de Referência.

5.2. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com, pelo menos, três (03) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

5.3. Os produtos deverão ser entregues no seguinte endereço: Unidade de Almoxarifado do IF Goiano - Campus Ceres, situado à Rodovia GO-154, Km 03, Zona Rural, Ceres/GO, nos horários das 07h às 10h30 e das 13h às 16h30.

5.4. Os produtos deverão ser entregues:

5.4.1. em conformidade com as especificações mínimas constantes no Termo de Referência e proposta do fornecedor, bem como atender às todas as disposições legais e regulamentares de órgãos fiscalizadores, quando for o caso.

5.4.2. em embalagens conforme a praxe do fabricante.

5.4.3. exclusivamente às expensas do contratado, as quais inclui despesas com frete, embalagens, encargos e quaisquer outras necessárias para o fornecimento do produto.

5.4.4. com orientação e acompanhamento de servidor(es) da instituição, indicado(s) para o recebimento

6. DO MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Fiscalização

6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

Fiscalização Técnica

6.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.8. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

6.9. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

6.10. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.11. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.12. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

Fiscalização Administrativa

6.13. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.14. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

6.15. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

Gestor do Contrato

6.16. Cabe ao gestor do contrato:

6.16.1. Coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.16.2. Acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.16.3. Acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.16.4. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.16.5. Tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.16.6. Elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.16.7. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

7.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

7.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

7.2.1. Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

7.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

7.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

7.2.4. Multa:

7.2.4.1. Moratória, para as infrações descritas no item “d”, de 0,02 % (dois centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de trinta (30) dias.

7.2.4.2. Compensatória, para as infrações descritas acima alíneas “e” a “h” de 5% (cinco por cento) a 10% (dez por cento) do valor da contratação.

7.2.4.3. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista acima na alínea “c”, de 2% (dois por cento) a 7% (sete por cento) do valor da contratação.

7.2.4.4. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “b”, de 1% (um por cento) a 5% (cinco por cento) do valor da contratação.

7.2.4.5. Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita acima na alínea “d”, de 1% (um por cento) a 5% (cinco por cento) do valor da contratação.

7.2.4.6. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “a”, de 1% (um por cento) a 3% (três por cento) do valor da contratação.

7.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

7.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

7.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

7.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

7.7. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

7.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

7.8.1. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no Sicaf.

7.8.2. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no Sicaf serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

7.9. Na aplicação das sanções serão considerados:

7.9.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

7.9.2. as peculiaridades do caso concreto;

7.9.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

7.9.4. os danos que dela provierem para o Contratante; e

7.9.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

7.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei

nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

7.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

7.12. Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

7.12.1. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

7.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.14. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

8. DOS CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Recebimento

8.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, junto com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

8.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de cinco (05) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

8.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de cinco (05) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

8.4. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até dois (02) dias úteis.

8.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

8.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

8.7. O prazo para a solução, pelo Contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

8.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

8.9. As atividades que envolvem a entrega/descarga do material nas dependências do Contratante, ou quaisquer outras necessárias para a entrega do material, correrão por conta do Contratado e são condições para o recebimento do objeto.

Liquidação

8.10. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

8.11. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.12. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

8.12.1. o prazo de validade;

8.12.2. a data da emissão;

8.12.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

8.12.4. o período respectivo de execução do contrato;

8.12.5. o valor a pagar; e

8.12.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

8.13. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

8.14. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.15. A Administração deverá realizar consulta ao Sicaf para:

8.15.1. verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital;

8.15.2. identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

8.16. Constatando-se, junto ao Sicaf, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de cinco (05) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

8.17. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

8.18. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

8.19. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao Sicaf.

Prazo de pagamento

8.20. O pagamento será efetuado no prazo de até dez (10) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

8.21. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo), de correção monetária.

Forma de pagamento

8.22. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta-corrente indicados pelo contratado.

8.23. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

8.24. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

8.25. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

8.26. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Cessão de crédito

8.27. As cessões de crédito dependerão de prévia aprovação do Contratante.

8.27.1. A eficácia da cessão de crédito, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

8.27.2. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do Contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

8.27.3. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (Contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

8.27.4. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do Contratado.

8.28. O disposto nesta seção não afeta as operações de crédito de que trata a Instrução Normativa SEGES/MGI nº 82, de 21 de fevereiro de 2025, as quais ficam por esta, regidas.

Reajuste

8.29. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 20 de maio de 2026.

8.30. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da

anualidade.

8.30.1. A escolha do IPCA como índice de reajuste se baseia na sua abrangência nacional e reconhecida representatividade nos custos de mercado e também por não haver índice específico para os produtos objetos deste certame. Sua estabilidade e transparência proporcionam previsibilidade para fornecedores e compradores, garantindo equidade nas negociações, pois é um indicador de inflação no Brasil, corrigindo os valores de preços no mercado, garantindo que os preços sejam atualizados de acordo com a inflação, mantendo a negociação justa. Além disso, o IPCA é um índice oficial, amplamente aceito e de fácil acesso, promovendo maior segurança e clareza nas transações comerciais.

8.31. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

8.32. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

8.33. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

8.34. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

8.35. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

8.36. O reajuste será realizado por apostilamento.

9. DA FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de **LICITAÇÃO**, na modalidade **PREGÃO**, sob a forma **ELETRÔNICA**, com adoção do critério de julgamento pelo **MENOR PREÇO POR ITEM**.

Forma de fornecimento

9.2. O fornecimento do objeto será em remessa única, após a emissão do empenho.

9.2.1. A emissão dos empenhos será efetuada conforme demandado, em virtude da capacidade de armazenamento e dos prazos de validade dos produtos, observando as quantidades mínimas constantes na tabela 1.1 deste Termo de Referência.

Critérios de aceitabilidade de preços

9.3. Em se tratando de contratação para registro de preços, caso adotado o critério de julgamento de menor preço ou de maior desconto por grupo de itens, o critério de aceitabilidade de preços unitários máximos será:

9.3.1. Valores unitários: conforme planilha de composição de preços da tabela constante no tópico 1.1. deste Termo de Referência.

Exigências de habilitação

9.4. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

9.5. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional.

9.6. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede.

9.7. Microempreendedor Individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual – CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>.

9.8. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada – EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores.

9.9. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

9.10. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores.

9.11. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz.

9.12. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

9.13. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

9.14. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.15. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

9.16. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).

9.17. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

9.18. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual ou Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual.

9.19. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre.

9.20. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

9.21. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Disposições gerais sobre habilitação

9.22. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as

exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.23. Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.24. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.25. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.26. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

10. DAS ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1. O custo estimado total da contratação, que corresponde ao valor máximo aceitável, é de R\$ 863.902,00 (oitocentos e sessenta e três mil e novecentos e dois reais), conforme custos unitários apostos na tabela do tópico 1.1 desse Termo de Referência.

10.2. A estimativa de custo levou em consideração o risco envolvido na contratação e sua alocação entre contratante e contratado, conforme especificado na matriz de risco constante do Contrato.

10.3. Em caso de licitação para Registro de Preço, os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

10.3.1. em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

10.3.2. em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

10.3.3. serão reajustados os preços registrados, respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para a contratação; ou

10.3.4. poderão ser repactuados, a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

11. DA ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

11.2. A indicação da dotação orçamentária fica postergada para o momento da assinatura do contrato ou instrumento equivalente.

12. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas. Nos termos do Art. 10 da IN ME nº 81/2022 e da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, devido as características do objeto licitado, verifica-se que não há necessidade de classificar o orçamento como sigiloso, podendo o mesmo ser divulgado no momento da divulgação da licitação.

Ceres, 29 de maio de 2026.

(Original Assinado Eletronicamente)

Marcelo José de Almeida

Presidente da Equipe de Planejamento da Contratação – Portaria nº 2502/Ceres/IFGoiano, de 26 de maio de 2026

(Original Assinado Eletronicamente)

Ângelo Adão de Lima

Integrante Técnico da Equipe de Planejamento da Contratação – Portaria nº 2502/Ceres/IFGoiano, de 26 de maio de 2026

(Original Assinado Eletronicamente)

Thiago Carlos Xavier

Integrante Técnico da Equipe de Planejamento da Contratação – Portaria nº 2502/Ceres/IFGoiano, de 26 de maio de 2026

(Original Assinado Eletronicamente)

Flávia Alves de Castro Oliveira

Integrante Administrativo da Equipe de Planejamento da Contratação – Portaria nº 2502/Ceres/IFGoiano, de 26 de maio de 2026